

TR, Miriam Leitão, QUI, Miriam Leitão, SEX, Rogério Werneck (quizenal), Fabio Giambagi (quizenal), SÁB, Carlos Góes (quizenal), Claudio Ferraz (mensal), Víma Pinto (mensal), DOM, Miriam Leitão

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK



oglobo.com.br/economia
economias@oglobo.com.br



Lula, o PT e a economia

A oito meses da disputa presidencial, pouco se sabe sobre as plataformas dos candidatos. Nas últimas semanas, a cúpula do PT tem dado sinais de inquietação com a necessidade de definir a política econômica que Lula afinal adotará, caso venha a ser eleito presidente. Mas o delineamento do programa econômico de Lula não promete ser fácil.

Para que possam articular um programa claro, crível e coerente, Lula e o PT terão de desenvolver, primeiro, uma narrativa minimamente realista sobre o que de fato

ocorreu, ao longo dos mais de 13 anos em que o partido ocupou o Palácio do Planalto. As narrativas sem nenhuma aderência à realidade que têm vindo a público, tanto sobre economia como sobre corrupção, mais parecem castelos de cartas que, no calor da campanha presidencial, não resistiriam a um sopro.

Para Lula, seria bem mais confortável se, no que tange à economia, sua campanha pudesse se basear somente nos dois mandatos em que ocupou a Presidência. E não faltou, nos últimos meses, quem tentasse insistir em narrativas fantasiosas nessa linha, cantando em prosa e verso o Brasil, de 2003 a 2010, como uma terra em que corriam rios de leite e mel.

Aos poucos, contudo, a cúpula do partido parece ter percebido que não havia como encerrar a narrativa sobre os governos petistas em 2010, deixando de fora o desastroso mandato e meio de Dilma Rousseff. É mais do que sabido que a ideia de alçar Dilma à Presidência foi um projeto exclusivo e pessoal de Lula que, face à tenaz oposição do PT, teve de ser enfiado pela goela abaixo do partido.

Em longa entrevista publicada em livro de 2013, o próprio Lula relatou, com muita franqueza, as resistências que teve de enfrentar, dentro do PT, à escolha de Dil-

ma como candidata a presidente. "Eu sei o que eu agüentei de amigos meus, amigos mesmo, não eram adversários, dizendo: Lula, mas não dá. Ela não tem experiência, ela não é do ramo. Lula, pelo amor de Deus."

O PT já constatou também que ninguém levará a sério esforços de reescrever a história com o argumento de que a política econômica dos governos Lula teria sido súbita e radicalmente desvirtuada por sua sucessora. Na verdade, não houve descontinuidade alguma. A política econômica do governo Lula, a partir de 2008, quando, afinal, a bandeira da "nova matriz econômica" pôde ser ostensivamente desfraldada, foi, em boa medida, a política de Dilma Rousseff.

É bom lembrar que, uma vez eleita, Dilma preservou em grande medida a equipe econômica de Lula, mantendo Guido Mantega no Ministério da Fazenda e todas as condições para que o Planalto pudesse exacerbando erros de condução da política econômica que já vinham sendo cometidos no governo anterior.

Constato que, de uma forma ou de outra, Lula e o PT seriam obrigados a "falar sobre Dilma", houve, de início, uma tentativa um tanto patética de restringir a fala ao primeiro mandato da ex-presidente. Foi o que fez o ex-ministro Guido Mantega em artigo recente na Folha de S. Paulo (5/1), em que se permitiu limitar sua análise ao desempenho dos governos petistas ao período de 2003 a 2014, com completa omissão do que ocorreu no segundo mandato de Dilma, em 2015 e 2016. Trata-se de contorcionismo equivalente a dar por concluído o relato de uma viagem que culminou em catastrófico acidente ferroviário, pouco antes de a locomotiva saltar dos trilhos arrastando consigo várias dezenas de vagões.

É fácil perceber a enorme dificuldade que Lula e o PT vêm enfrentando para conceber uma narrativa crível, que lhes pareça aceitável, do colossal descarrilamento da economia perpetrado pelo governo Dilma Rousseff. Inclusive porque quase todos os envolvidos na inépcia que levou ao desastre parecem ter hoje assento assegurado, pelo PT, na longa mesa dos que terão voz e voto na concepção da narrativa sobre o passado que dará base à visão de futuro que Lula oferecerá ao país. Fácil não será.

Redução do imposto teria impacto restrito no preço final

ICMS, margem do distribuidor e da Petrobras também entram na conta. Alternativa é criar fundo para compensar oscilação do petróleo

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@oglobo.com.br
BRASILIA

A redução de impostos federais por meio de uma proposta de emenda à Constituição teria impacto limitado na bomba e na tarifa de eletricidade. De acordo com dados da Petrobras, considerando um preço final de R\$ 6,63 vigente na última semana de 2021, os impostos federais correspondem a um valor fixo de R\$ 0,69. Neste exemplo, representam pouco mais de 10%. Outras variáveis, porém, interferem no preço final ao consumidor, como a cobrança de ICMS (estadual), a distribuição e revenda, o adicional de etanol e parte da própria Petrobras.

Em razão disso, auxiliares do governo que participam da elaboração da PEC também querem incluir na proposta a criação de um fundo de compensação voltado para reduzir o preço dos combustíveis em momentos de alta do preço do barril de petróleo e do dólar.

O fundo seria abastecido por dividendos pagos pela Petrobras à União. O dividendo é uma parcela do lucro

auferido pela empresa e distribuído aos acionistas. No ano passado, a estatal distribuiu R\$ 63,4 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio, mas só uma parte disso ficou com a União.

A proposta, porém, não conta com aval do Ministério da Economia. A proposta original desta conta levada ao Palácio do Planalto prevê a inclusão da arrecadação com petróleo, recursos que já estão no Orçamento da União — haverá, portanto, um buraco nas receitas do governo federal.

ICMS E BARRIL DO BRENT

Para auxiliares do ministro Paulo Guedes, só é possível criar esse fundo se ele for formado por ações decorrentes da privatização da Petrobras. A avaliação é que, hoje, o BNDES tem cerca de R\$ 30 bilhões na estatal, e levar a empresa para o Novo Mercado da B3 irá elevar esse valor para R\$ 50 bilhões. Com isso, seria possível, na avaliação do time de Guedes, criar o fundo.

Ministros do Palácio do Planalto, porém, são contra a privatização da Petrobras em ano eleitoral. O modelo desejado pela equipe econômica para a



Receita. Dividendos pagos pela Petrobras à União seriam a forma de abastecer esse fundo, que seria usado para compensar altas de preço do dólar e do petróleo

desestatização é parecido com a forma como a Eletrobras deve ser privatizada: por meio da criação de uma corporação sem controlador definido.

A criação do fundo é alternativa adicional em estudo no governo diante da proximidade das eleições e da relevância da redução de combustíveis para o presidente Jair Bolsonaro, que já apresentou projetos ao Congresso e comprou briga com governadores em razão do imposto estadual sobre o produto.

Na última quarta-feira, em entrevista à rádio Jovem Pan, o presidente disse que vai apresentar na noite do próximo mês, uma proposta com o objetivo de reduzir o preço dos combustíveis, destacando que a iniciativa já es-

tá praticamente pronta. —Reconheço a inflação de alimentos, reconheço a alta do combustível, falo de um porquê. Fora do ar aqui falava-se de uma proposta que poderíamos enviar ao Congresso que mexe com combustível. Sim, existe essa proposta, não quero entrar em detalhe, vai ser apresentada no início do ano. Nós procuramos aqui reduzir carga tributária, muitas vezes ser obrigado a encontrar uma fonte alternativa, você não pode apenas reduzir isso, vamos fazer o possível — afirmou.

A política de preços da Petrobras prevê repassar aos consumidores as oscilações nas cotações do barril de petróleo no mercado internacional e do dólar. O banco Goldman Sachs prevê que o Brent vai chegar a US\$ 100 no

terceiro trimestre de 2022. Na prática, isso significa aumento do preço dos combustíveis ao longo deste ano.

Na semana passada, governadores decidiram desongelular o ICMS dos combustíveis a partir de fevereiro. Essa medida estava em vigor desde o início de novembro, em função da alta no preço de gasolina e diesel, e o seu término já estava previsto para 31 de janeiro. Além disso, a Petrobras anunciou nova alta no preço da gasolina e do diesel este mês.

No último domingo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Senado deveria ser cobrado pelas altas do preço do combustível, já que a Casa não votou o projeto que altera a cobrança do ICMS, aprovado pe-

los deputados em outubro. O texto em questão promove uma série de alterações na forma da cobrança do tributo estadual. A redação determina que o tributo seja cobrado pelo litro (como é o caso do PIS/Cofins), não sobre o preço. Além disso, haveria uma trava para a oscilação de preços a longo prazo: alíquotas específicas do ICMS deveriam ser fixadas anualmente.

O Senado, por sua vez, pode votar um projeto que prevê taxar exportações de petróleo, a fim de criar um fundo para amortecer o preço da gasolina e do diesel. Em nota, Pacheco disse que pretende discutir com líderes do Senado outro texto, que prevê um fundo para reduzir o preço com a taxação da exportação de petróleo.

AS VARIÁVEIS NA VALOR COBRADO NA BOMBA

1 Aumento do preço do petróleo no mercado internacional

O preço do barril de petróleo atingiu nesta semana o maior valor em sete anos, próximo a US\$ 90, em meio a tensões geopolíticas, demanda robusta e sobrecarga logística que aquecem a demanda e a cotação da commodity. No ano passado, o preço do petróleo Brent subiu mais de 50%. O Goldman Sachs prevê que o barril chegue a US\$ 100 no terceiro trimestre deste ano.

2 Fim do descongelamento do ICMS nos estados

Os estados decidiram, na semana passada, que vão descongelar o valor do ICMS que incide sobre combustíveis a partir de fevereiro. O valor do ICMS cobrado sobre combustíveis foi congelado por 90 dias, prazo que se encerra no dia 31 de janeiro. O tributo é calculado usando uma média de 15 dias dos preços cobrados nos postos. Por isso, quando a gasolina sobe, o imposto também é maior.

3 Projeto que muda ICMS aprovado pela Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou no ano passado um projeto que muda a sistemática da cobrança do ICMS. O texto, parado no Senado, prevê que o imposto seja fixo, pelo litro do combustível (e não uma alíquota sobre o preço). Além disso, haveria uma trava para a oscilação de preços a longo prazo: alíquotas específicas do ICMS deveriam ser fixadas anualmente.

4 Proposta do Senado taxa exportações para subsidiar combustível

O Senado já tem um projeto para que cria um "programa de estabilização" do preço do petróleo e derivados, que o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer discutir no início de fevereiro. Esse texto, que tem apoio da oposição, prevê um imposto de exportação sobre o petróleo. Pela proposta, a receita advinda dessa cobrança será usada para subsidiar um fundo de estabilização.

